



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**ATIVISMO POLÍTICO AMBIENTAL EM  
TEMPOS DE CRISE**  
**As estratégias de influência no processo político-  
decisório brasileiro**

Rebecca Elise Machado de Menezes

Brasília – DF

Fevereiro/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**ATIVISMO POLÍTICO AMBIENTAL EM  
TEMPOS DE CRISE: as estratégias de  
influência no processo político-decisório  
brasileiro**

Rebecca Elise Machado de Menezes

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob orientação da professora Rebecca Neaera Abers.

Brasília – DF

Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ativismo político ambiental em tempos de crise: as estratégias de influência no processo político-decisório brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, [inserir] o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília da aluna Rebecca Elise Machado de Menezes

Professora PhD Rebecca Neaera Abers

Professora-Orientadora

Professora Doutora Marisa von Bülow

Parecerista

Brasília, 12 de fevereiro de 2023

Aos meus pais, que imbuíram em mim o potencial transformador da educação, e ao Moisés por toda a paciência, apoio e amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elivaldo e Tânia, que desde criança me ensinaram o poder transformador da educação e o seu papel na construção de um Brasil mais justo, inclusivo, igualitário e sustentável. À minha irmã Hannah, que sempre me incentivou a trilhar meu próprio caminho, obrigada pelo amor, apoio e carinho. Ao meu irmão Samuel e sobrinha Antonella, vocês são a minha inspiração para continuar lutando por um planeta no qual queremos viver. Agradeço ao Moisés Muálem, meu amor e companheiro de vida, que ao longo desses cinco anos de graduação me acompanhou em madrugadas em claro, fins de semana abandonados, viagens adiadas e saídas com amigos remarcadas. Obrigada por nunca me deixar duvidar ou desistir, essa conquista também é sua! Graças à vocês, hoje me torno a primeira pessoa da família formada em uma universidade pública.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso, Giovanna Sousa, Marcos Paulo Almeida, Mikaella Bárbara, Marina Massoni e Rebeca Andrade, sem vocês minhas manhãs, tardes e noites seriam menos felizes. Gi, Marcos e Mika, meus colegas de trainee e gestão, serei sempre eternamente grata à Strategos por ter introduzido vocês na minha vida. Não importa o caminho que seguirmos daqui para frente, tenham certeza de que levo sempre um pouco de cada um de vocês comigo. Agradeço ainda à minha querida amiga e colega do Engajamundo, Luiza Lisboa, você é inspiradora. Obrigada por me acolher e guiar nessa desafiadora – mas sempre recompensadora e necessária – caminhada do ativismo político ambiental.

Por fim, agradeço à todas as minhas professoras e professores do IPOL, obrigada por me ensinarem coisas que eu achei que nunca conseguiria compreender. Em especial, agradeço à Debora Rezende por me contagiar com seu profundo conhecimento sobre participação e representação política, à Marisa von Bülow, por me inspirar com sua intensa paixão durante a disciplina de Política e Internet e mais ainda à minha orientadora, Rebecca Abers, por ter me acolhido e guiado durante esse longo e desafiador processo. Rebecca, obrigada pela atenção, cuidado e por compartilhar comigo o seu conhecimento e experiência em cada troca. Você me ensinou tudo que sei e me mostrou o tanto que ainda preciso aprender sobre a complexidade das relações entre movimentos sociais e políticas públicas. Obrigada por sempre fazer as perguntas corretas para as minhas respostas incompletas.

E à todos que estiveram comigo nessa longa jornada, muito obrigada!

*“Somente quando for cortada a última árvore,  
pescado o último peixe, poluído o último rio, que  
as pessoas vão perceber que não podem comer  
dinheiro.”*

*(Provérbio Indígena)*

## RESUMO

Este artigo busca compreender as estratégias de incidência política utilizadas por organizações não governamentais (ONGs) do movimento ambientalista brasileiro para influenciar no processo político-decisório no âmbito do poder legislativo em um contexto político desfavorável à agenda socioambiental. O objetivo é identificar as estratégias utilizadas e comparar as similaridades e diferenças entre as organizações. Fundamentando-se em uma estrutura metodológica qualitativa, com desenho de pesquisa de estudo de caso descritivo, descobriu-se que apesar de compartilharem diversas semelhanças nas estratégias de incidência política, como a atuação através do advocacy e lobby, as ONGs diferem na implementação das estratégias devido a assimetrias no acesso à recursos (humanos e financeiros) e perfil de atuação.

**Palavras-chave:** movimento ambientalista, advocacy, poder legislativo.

## **ABSTRACT**

This article seeks to understand the advocacy strategies used by non-governmental organizations (NGOs) of the Brazilian environmental movement to influence the political decision-making process in the legislative branch in a political context unfavorable to the socio-environmental agenda. Based on a qualitative methodological framework, with a descriptive case study research design, it was found that despite sharing several similarities in advocacy and lobbying strategies, NGOs differ in implementation due to asymmetries in access to resources (human and financial) and profile of action.

**Keywords: environmental movement, advocacy, legislative power.**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA	15
3 AS MUDANÇAS NO CONTEXTO POLÍTICO E A INOVAÇÃO NO REPERTÓRIO DE CONFRONTO DAS ONGS AMBIENTAIS	17
4 O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E A COMPLEXIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS	19
5 AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA ENTRE O WWF-BRASIL E O ENGAJAMUNDO	22
6 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO WWF-BRASIL E NO ENGAJAMUNDO	25
7 GOVERNO BOLSONARO: ESTRATÉGIAS DE ATIVISMO POLÍTICO AMBIENTAL EM UM CONTEXTO POLÍTICO HOSTIL	26
8 O “PACOTE DA DESTRUIÇÃO”: A REAÇÃO DAS ONGS AMBIENTALISTAS À NOVA AMEAÇA NA CONJUNTURA POLÍTICA	28
9 O CYBER ADVOCACY E LOBBY COMO ESTRATÉGIAS PARA BARRAR A TRAMITAÇÃO DO PACOTE DE LEIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO FEDERAL	30
10 WWF-BRASIL E ENGAJAMUNDO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA ARTICULAÇÃO CONTRA O PACOTE DA DESTRUIÇÃO	31
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	41
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTAS	43
APÊNDICE C – ENTREVISTA 01 COM MEMBROS DO ENGAJAMUNDO	44
APÊNDICE D – ENTREVISTA 01 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL	48
APÊNDICE E – ENTREVISTA 02 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL	51
APÊNDICE F – ENTREVISTA 03 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL	53
APÊNDICE G – ENTREVISTA 04 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL	58



## 1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2022, a ONU publicou o 6º relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O documento, produzido por 268 autores de 65 países, conclui que os efeitos do aquecimento global acontecerão mais cedo do que o previsto, serão mais difundidos e com consequências de maior alcance, algumas delas irreversíveis. O estudo afirma ainda que depende das ações tomadas nesta década, especificamente nos próximos três anos, a chance de evitarmos os impactos climáticos mais severos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

No Brasil, a mudança climática provocou diversos impactos nos últimos anos, atingindo especialmente a população mais vulnerável. Apenas nos quatro primeiros meses de 2022, o país já registrou uma série de desastres ambientais, como chuvas intensas resultando em mortes, em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, recordes de temperatura no estado do Rio Grande do Sul e perdas de plantações nas regiões Sul e Centro-Oeste (ALVES, 2022). Entre as consequências da crise climática previstas para o país, se destacam: escassez de água potável, insegurança alimentar, ondas de calor mortais, aumento das inundações e extinção de espécies.

Antes liderança e referência mundial no esforço de conservação do meio ambiente, o Brasil teve seu protagonismo revertido nos últimos 4 anos após o que foi considerado por representantes do movimento socioambientalista nacional e internacional uma série de retrocessos em sua política ambiental — conduzidos principalmente, mas não exclusivamente, pelo governo federal (GOVERNO DA DESTRUIÇÃO, 2021). De acordo com dados do dossiê “Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira”, produzido pelo Política por Inteiro (2020) em conjunto com o Instituto Talanoa, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2022, o governo federal publicou 2.189 atos infralegais relevantes para as políticas climáticas e socioambientais no Diário Oficial da União (DOU).

Os cortes orçamentários, desmonte de políticas de proteção ambiental, enfraquecimento de órgãos ambientais, negação oficial do aumento do desmatamento, entre outros, sofreram críticas e pressão da sociedade civil, em especial ONGs ambientalistas, que, através do ativismo social atuaram para evitar ou impedir as ações do governo, sendo exitosos em alguns casos e mal sucedidos em outros. Entretanto em 2020, assim como diversos outros setores da sociedade, o movimento ambiental brasileiro foi impactado com o início da pandemia de Covid-19. Devido

às limitações impostas pela pandemia, esses atores migraram o ativismo ambiental para a esfera digital, em especial as mídias sociais, visando continuar a influenciar na agenda política.

Ainda na pandemia, em 09 de fevereiro de 2022, a Casa Civil da Presidência da República publicou a Portaria 667/2022, que tratava da Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022. O documento listava os projetos que seriam priorizados pelo Executivo e sua base no Congresso Nacional. (BRASIL, 2022). O objetivo do governo de Jair Bolsonaro era aprovar os projetos já nos primeiros meses de 2022, ou seja, antes que as Casas Legislativas esvaziassem devido ao período eleitoral em outubro do mesmo ano.

Denominado de “Pacote da Destruição” por ativistas e organizações ambientalistas, a lista contemplava sete projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado, com temas diversos desde a anistia à invasão de terras públicas na Amazônia, a desobrigação do licenciamento ambiental, à liberação de uso e registro de agrotóxicos e a exploração de terras indígenas, sendo eles: PL 2.633/20, PL 510/2, PL 2.159/21, PL 6.299/02, PL 490/07, PL 191/2020, PL 5.544/2020 e o PL 4.546/2021. Em reação à iniciativa do governo federal, um amplo movimento composto por 230 organizações e coletivos da sociedade civil e mais de 40 artistas deu início ao contra movimento, organizando a maior manifestação ambiental já feita no Brasil fora de conferências da ONU (Organização das Nações Unidas): o Ato pela Terra.

Apresentado o contexto, este artigo tem como objetivo compreender como ocorreu a atuação de organizações do movimento ambientalista brasileiro em um contexto político desfavorável às pautas ambientais. Buscando verificar se as condições políticas adversas contribuíram para a inovação do repertório desses atores, a pesquisa baseou-se na seguinte pergunta norteadora: quais as estratégias utilizadas por organizações não governamentais (ONGs) do movimento ambientalista brasileiro para influenciar no processo político-decisório de projetos de interesse no âmbito do poder legislativo em um cenário político-institucional adverso às políticas de defesa do meio ambiente?

Através de uma pesquisa documental e realização de entrevistas semi-estruturadas, foram analisados notícias, relatórios e depoimentos de funcionários e membros das duas organizações sobre a participação das ONGs no Ato pela Terra e nas ações de preparação que antecederam o evento. Utilizando o desenho de pesquisa de estudo de caso, pretendeu-se identificar as estratégias de atuação utilizadas pelas ONGs WWF-Brasil e Engajamundo para influenciar na tramitação dos projetos de lei (PLs) integrantes do denominado “Pacote da Destruição”, assim como comparar as similaridades e diferenças nas estratégias utilizadas pelas organizações, analisando o que motivou a adoção de diferentes estratégias por parte desses

atores. Dessa forma, pretende-se identificar se o acesso a recursos (humanos, financeiros) contribuíram para uma diferenciação da atuação dessas ONGs durante a tramitação do “Pacote da Destruição”.

## **2 METODOLOGIA**

Considerando as diversas vantagens proporcionadas pelo desenho de pesquisa de estudo de caso, apontadas por autores como Yin (2005) e Machado (2021), este projeto fundamenta-se em uma estrutura metodológica qualitativa, e será utilizado como o desenho de pesquisa um estudo de caso descritivo (Yin, 2001) para estudo do ativismo político na pauta ambiental. Entre os motivos para a escolha do Brasil para o estudo de caso se encontram as características geográficas e político-institucionais. Devido aos diversos recursos naturais localizados em seu território nacional, o Brasil ocupa uma posição de destaque na geopolítica mundial no que diz respeito à pauta ambiental, seja atuando de maneira progressista ou retrógrada — aqui compreendida como a percepção internacional sobre as ações do Estado brasileiro — o país ocupa um lugar estratégico no cenário internacional (MELO, 2020).

Ainda, destaca-se que compreendendo como objetivo do ativismo a promoção de causas contenciosas (ABERS, 2019 apud VON BÜLOW; GOBBI; DIAS, 2022) é oportuna a análise do caso brasileiro não somente pela oposição pública do governo brasileiro à legislações ambientais rígidas, mas justamente pelo fato de estas serem defendidas pela maior parte dos brasileiros: 77% afirma que proteger o meio ambiente é importante mesmo que signifique menos crescimento econômico (IBOPE, 2021) e 81% consideram o aquecimento global uma questão importante (ITS, 2022).

A escolha do conjunto de projetos de lei denominado “Pacote da Destruição” se justifica pela priorização dada pelo governo federal, sob a gestão de Jair Bolsonaro, ao pacote. Em fevereiro de 2022, o conjunto de PLs foi elencado como uma das 45 prioridades no Congresso e que deveriam obter uma tramitação acelerada, de acordo com portaria publicada pela Casa Civil da Presidência da República (CLIMAINFO, 2022). Considerados de alto risco e impacto por entidades do setor (WWF, 2022), a divulgação da lista pelo governo impulsionou a mobilização contrária a aprovação do “Pacote da Destruição” de forma ampla pela rede de organizações, abrangendo ONGs, coletivos, artistas, músicos e sociedade civil em ação coletiva

nas mídias sociais e fora delas - um ato em frente ao Congresso Nacional durante a votação na Câmara dos Deputados.

A primeira etapa consistiu na pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009) nos sites institucionais e perfis oficiais nas redes sociais das organizações ambientalistas selecionadas, serão analisados especificamente: notícias, entrevistas, notas de posicionamento, relatórios, dossiês, papers, posts e vídeos, assim como demais tipos de comunicação considerados relevantes. O objetivo desta etapa foi mapear como ocorreu a mobilização de organizações ambientalistas durante a tramitação na Câmara dos Deputados dos projetos de lei integrantes do “Pacote da Destruição”, identificando quais foram as estratégias utilizadas.

Segundo Maria Helena Zamorra “[A entrevista é] a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento” (2021, p. 90). Partindo desse conceito e objetivo, foi utilizada como fonte de coleta de dados uma entrevista semiestruturada com representantes do WWF-Brasil e Engajamundo acerca da(s) estratégia(s) de atuação utilizadas para incidência política, assim como as motivações da organização em adotar determinada estratégia de ativismo digital em detrimento de outra.

O critério de escolha destes atores como representantes foi a relevância dos mesmos no movimento ambientalista brasileiro e relevância no âmbito nacional, visando-se evitar que a análise das estratégias utilizadas para a incidência política fosse influenciada pela baixa capacidade de mobilização social de atores menores. Especificamente, o WWF-Brasil é uma das maiores ONGs ambientalistas no país nos quesitos de orçamento, quantidade de funcionários, visibilidade pela sociedade e atuação no poder público. Já o Engajamundo, é uma ONG ambiental voltada exclusivamente para a juventude brasileira, atualmente possuindo mais de 2297 voluntários e um histórico de ações de advocacy e lobby que data desde 2012.

Em síntese, apesar das diversas similaridades entre esses atores, eles possuem modos de atuação muito distintos em relação ao poder público, divergindo nas estratégias de comunicação, pressão e relacionamento com o governo e principalmente no acesso aos recursos para possibilitar a sua atuação. Desse modo, buscou-se verificar se e de qual maneira fatores como o tamanho, institucionalização e o acesso à recursos contribuíram para diferenciações no repertório dessas ONGs em um cenário político desfavorável às suas agendas.

Ilustrando a assimetria, tem-se como exemplo o fato de que enquanto no WWF-Brasil as ações foram planejadas e executadas por diferentes círculos (denominação interna para

diferentes equipes da organização), em especial os círculos de Comunicação e Incidência Política, com diversos funcionários em cada, no Engajamundo, devido ao tamanho reduzido do grupo de voluntários ativos do Núcleo de Brasília, somente 3 pessoas de toda a organização participaram diretamente da ação.

Buscando comparar as semelhanças e diferenças nas estratégias utilizadas pelas organizações selecionadas, assim como compreender o que motivou a escolha por determinada estratégia em detrimento de outra, por parte desses atores, foi utilizada uma série de oito perguntas padronizadas para todas as pessoas entrevistadas. No total foram entrevistadas oito pessoas, dessas quatro são funcionários(as) do WWF-Brasil dos círculos de comunicação e de incidência política, e os outros quatro entrevistados(as) são membros(as) do Engajamundo. A fim de preservar o anonimato dos(as) entrevistados(as), todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

Especificamente, o questionário tinha como objetivo identificar o motivo de oposição da organização ao conjunto de leis denominado “Pacote da Destruição, assim como quais foram as estratégias de advocacy/lobby utilizadas pela organização para barrar a tramitação dos projetos de lei e por que essas foram escolhidas.

Posteriormente, foram criados relatórios de entrevistas com as respostas dos entrevistados para cada uma das perguntas, que então foram comparados entre os membros da própria organização para captar possíveis divergências de percepções e interpretações do contexto, buscando um retrato mais preciso da organização. Em seguida, os relatórios finais de cada organização foram comparados entre si, com o objetivo de mapear características comuns e divergentes na atuação.

### **3 AS MUDANÇAS NO CONTEXTO POLÍTICO E A INOVAÇÃO NO REPERTÓRIO DE CONFRONTO DAS ONGS AMBIENTAIS**

Segundo James M. Jasper (2012), o conceito de contexto político consiste na interação contenciosa entre diferentes atores (indivíduos, grupos e agrupamento formais ou informais e organizações) em diferentes arenas na busca pelos seus interesses. Através do processo contencioso, os atores buscam aproveitar vantagens como o controle sobre recursos físicos, atenção midiática, novas alianças políticas, ganho de poder político-decisório, erros e vulnerabilidades dos adversários, entre muitos outros, para alcançar seus objetivos.

Jasper pontua que o processo contencioso, não se resume aos atores já existentes, nem se limita às arenas e regras existentes, tampouco se restringe aos recursos disponíveis, mas com frequência, este consiste em criar novos atores onde antes só haviam interesses compartilhados e em alterar as regras e/ou estruturas das arenas visando a redistribuição de recursos.

Na perspectiva do autor, um movimento social nunca é um ator unificado, mas uma coalizão mutável de atores (grupos e indivíduos) que se reúnem ocasionalmente com base na sua percepção da convergência de objetivos. De fato, Jasper (2012) afirma que estes compartilham alguns objetivos (nunca todos), e interagem uns com os outros de diversas maneiras, desde a cooperação bem-intencionada até o conflito hostil. Com base neste conceito, toda ação por parte dos atores tem potencial de efeito em seus aliados e adversários, sobre os espectadores e sobre as próprias arenas.

Nesse sentido, Jasper (2012) afirma que os contextos políticos, assim como as vantagens e desvantagens, mudam rapidamente, com base nas decisões dos atores e nas reações que eles inspiram em seus aliados e adversários. Dessa forma, os atores atuam com base nas informações que possuem e na interpretação contínua que fazem do cenário, reagindo ao que acreditam que os outros estão fazendo e no que eles próprios acreditam estarem fazendo. A partir dessa leitura do contexto político, os atores podem julgar eventos como bons ou ruins, podem construir demandas e podem realizar ações com base na eficácia esperada e no *know-how* disponível.

Com base na interpretação que fazem do contexto, os atores identificam oportunidades de ação, como por exemplo, o aumento da abertura das instituições às reivindicações da sociedade civil e surgimento de aliados potenciais, ou ameaças aos seus interesses, como a restrição da participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e projetos políticos contrárias aos seus interesses. Abordando especificamente as ameaças, e o seu papel mobilizador dos movimentos sociais, Paul D. Almeida (2019) afirma que as ameaças podem aumentar a sensação de urgência de ação devido a antecipação de agravamento do contexto. Nas palavras do autor, enquanto as oportunidades oferecem a possibilidade de obter novas vantagens e benefícios, as ameaças estimulam os indivíduos à mobilização coletiva, devido expectativa de piora das condições atuais se não forem empreendidas ações defensivas imediatas.

Buscando explicar o processo de mobilização, Tilly propõe o conceito de “repertório de confronto” para explicar a forma pela qual ela ocorre, definindo-o como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26 apud ALONSO, 2009, p. 58).

Durante o processo contencioso, os atores escolheriam dentre as diferentes formas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus interesses. Em outras palavras, o repertório são as formas de ação coletiva adotadas por pessoas em busca de interesses comuns, ou seja, rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas, envolvendo simultaneamente as ações e o conhecimento sobre como agir.

Uma característica principal do repertório de confronto é seu caráter modular, pois as mesmas rotinas – passeatas, greves, assembleias – serviriam a diferentes tipos de atores, lugares, temas e causas. Conforme resume Angela Alonso (2009), são os agentes que atribuem sentido às ações, que podem servir tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É justamente o caráter modular do repertório de ação coletiva que permite seu compartilhamento entre atores opostos, o vinculando não a um grupo, mas à uma estrutura de conflito.

Como sintetiza Tarrow (2009), diferentemente de outras formas de participação, a ação coletiva de confronto cria e difunde oportunidades para grupos com poucos recursos, possibilitando a defesa de outras reivindicações, com três efeitos principais: expansão das oportunidades do grupo e de grupos correlatos; dialética entre movimentos e contra movimentos; e criação de oportunidades para as elites e autoridades.

Dessa forma, o conceito de contexto político conforme proposto por Jasper (2012) se faz útil para compreender como diferentes organizações do movimento ambientalista brasileiro se reuniram e organizaram para barrar a tramitação do “Pacote da Destruição” no Congresso Nacional devido às mudanças percebidas por esses atores no contexto político (a pandemia de Covid-19 e a priorização dada pelo governo federal ao conjunto de leis). Já o conceito de repertório conforme definido por Tilly (TILLY, 1995 *apud* ALONSO, 2009) permite compreender como era realizada a incidência política pelas ONGs antes desses eventos e como o cenário de ameaça contribuiu para a inovação no repertório desses grupos.

#### **4 O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E A COMPLEXIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS**

Em 5 de junho de 2022, o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira foram assassinados na Terra Indígena do Vale do Javari, território indígena localizado nos municípios de Atalaia do Norte e Guajará, no oeste do estado do Amazonas, por atuarem denunciando a pesca ilegal e a invasão na região. O assassinato de Dom e Bruno –

assim como de muitos outros ativistas ambientais que não tiveram a mesma sorte de repercussão, visibilidade e investigação – revive na memória tragédias anteriores como o assassinato do líder ambientalista Chico Mendes, em 1988, e da missionária americana Dorothy Stang em 2005. Como aponta o jornal Valor Econômico, segundo um relatório da organização Global Witness, o Brasil é o país que mais mata defensores da floresta no mundo.

“Segundo os relatórios da Global Witness, 54 assassinatos no Brasil estão associados à atividade madeireira, 31 à agropecuária, 13 ao garimpo e mineração, 12 à construção de barragens e um está ligado à captura de espécies nativas. 206 mortes foram classificadas como “conflitos de terra sem confirmação de associação com algum setor específico”. Sob o prisma dos executores, 27 eram proprietários de terras e 25 matadores profissionais; quadrilhas e organizações criminosas teriam sido responsáveis por 30 mortes, enquanto policiais e seguranças privados são apontados como causadores do extermínio de 18 e 14 pessoas, respectivamente. Como retrato de nossa incapacidade de investigar e punir, 202 dos 317 assassinatos têm autoria desconhecida.” (CARAZZA, 2022).

De fato, de 1988 até o momento houveram diversos avanços na proteção ambiental no Brasil, entretanto, muitos desses são precários e exigem um constante monitoramento e pressão dos ativistas políticos e ambientais dentro e fora do Estado para a sua manutenção. Como apontam Kathryn Hochstetler e Margaret E. Keck em seu livro *Greening Brazil: environmental activism in state and society* (2007) isto ocorre devido às peculiaridades das políticas ambientais brasileiras. Segundo as autoras, três características da política brasileira são especialmente importantes para a compreensão do movimento ambientalista brasileiro: o desenvolvimento do ambientalismo durante a redemocratização, o sistema federalista e a contínua interação entre as esferas formais e informais de poder.

O surgimento do movimento ambientalista brasileiro durante o período de transição da ditadura militar para um Estado Democrático de Direito ajudou a moldar um ambientalismo mais politizado e mais à esquerda no espectro político do que em outros países, sendo denominado socioambientalismo. Este contexto político contribuiu para criar fortes relações interpessoais entre os ambientalistas dentro e fora da política formal.

Já o sistema federalista, contribui para a complexidade das políticas ambientais no Brasil através de dois fatores: físico e político. No aspecto físico, Hochstetler e Keck (2007) pontuam que as vinte e sete unidades federadas diferem dramaticamente em ecologias físicas visto que o território brasileiro abriga as florestas tropicais úmidas da Amazônia e da Mata Atlântica, grandes áreas de savana, o semiárido do Nordeste, planícies pantanosas, florestas temperadas, pampas no Sul, além de uma grande diversidade de ecossistemas costeiros. Já politicamente, o

desafio se impõe na multilevel governance (governança de vários níveis) característica do sistema federativo brasileiro. Composto por vinte e seis estados e um distrito federal, tem três níveis constitucionalmente designados de autoridade política: a federação, estados e municípios e cada um dos 27 entes da federação conta com um poder executivo e um poder legislativo eleito. Se por um lado a distribuição de poderes aumentou o número de atores que podem criar ou vetar políticas ambientais, também se aumentou a quantidade de conflitos políticos sobre elas (SOUZA, 1997 apud HOCHSTETLER; KECK, 2007).

As autoras argumentam que o federalismo brasileiro está cheio de jurisdições vagamente definidas que são resolvidas através de acordos informais. Apesar do Capítulo 6 (Artigo 225) da Constituição de 1988 tratar especificamente dos direitos e responsabilidades ambientais, o texto constitucional que atribui de maneira ampla normas e planos nacionais ao governo federal, questões de "interesse local" para o governo municipal e o pouco restante para os estados e em muitas áreas da gestão ambiental e dos recursos naturais, os três níveis de governo partilham responsabilidades (FARIAS, 1999, apud HOCHSTETLER; KECK, 2007). Não surpreendentemente, essa delimitação abrangente contribui para que as questões sejam resolvidas na prática, muitas vezes informalmente; e mesmo dentro da mesma área política, os procedimentos podem diferir de um estado para outro:

“Federalism allows considerable variation in subnational environmental politics and policies. Patterns of political behavior, partisanship, alliances, attitudes toward the state and the private sector, and social organization, as well as levels of development and sources of wealth and its distribution, all vary considerably from one state to another and from one municipality to another. These variations mean that approaches to environmental concerns differ widely, as does the capacity to deal with them (Ames and Keck 1997-98)” (HOCHSTETLER e HECK, 2007, p.38).

Por fim, a terceira característica da política brasileira é a alta politização no processo de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. As autoras afirmam que o Estado brasileiro pode ser descrito pelo que Chalmers define como um “Estado Politizado” em contraponto ao “Estado Institucionalizado”: a possibilidade de os atores influenciarem efetivamente o processo decisório, por fora dos procedimentos formais já estabelecidos, potencializa a recriação do processo de elaboração de políticas para cada nova decisão. No estado politizado, é constante a redefinição dos grupos, classes e interesses envolvidos, a forma como eles interagem e como o resultado é determinado" (CHALMERS, 1977 apud

(HOCHSTETLER; HECK, 2007). Em outras palavras, no politizado Estado Brasileiro estar "no poder" é fundamental para ganhar força e autoridade política para estabelecer novos programas e agências, modificar leis anteriores e até mesmo alterar os procedimentos de tomada de decisão.

Outro desafio consiste ainda na implementação das políticas públicas. No Brasil, a maior parte das normas previstas na Constituição exige uma legislação complementar, na qual a implementação será detalhada em pormenores (HOCHSTETLER; HECK, 2007). Isto, juntamente com as mudanças regulares na estrutura governamental, contribui para uma maior fragilidade das instituições brasileiras do que em outros países (MARTINS, 1997) *apud* (HOCHSTETLER; HECK, 2007).

Em síntese, a implementação das políticas públicas criadas tende a ser fraca, e as próprias expectativas de que as políticas serão aplicadas tendem a ser fracas também. Essa politização do processo decisório contribui para que a atuação política informal – exercida por atores de fora do estado – ganhe relevância na tomada de decisão. Devido a fraca capacidade de execução e os baixos níveis de continuidade institucional característicos do Estado brasileiro, transformar a política em prática exige a mobilização contínua de indivíduos e organizações de fora do Estado. Depende-se, substancialmente, do voluntarismo de indivíduos e organizações empenhados, e de relações interpessoais complexas, muitas vezes informais, para a promoção das agendas ambientais.

Nesse sentido, as redes de ativistas desempenham um papel fundamental na promoção de agendas no Brasil (KECK, 2002), pois seus recursos podem ser mobilizados seja para barrar políticas as quais se opõem (*blocking activities*), seja para facilitar quer a criação e/ou implementação de políticas que apoiam (*enabling activities*).

## **5 AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA ENTRE O WWF-BRASIL E O ENGAJAMUNDO**

Como organizações não governamentais (ONGs) do movimento ambientalista brasileiro, o WWF-Brasil e o Engajamundo compartilham diversas semelhanças em suas estratégias de articulação política, apoiando-se principalmente em ações de advocacy e lobby para influenciar no processo legislativo, conforme depoimentos dos(as) entrevistados(as) Sol de Sá, Aurora Amorim, Gaia Guimarães, Bernardo Bueno e Luna Lisboa (informação verbal).

Entre as principais similaridades, pode-se apontar a utilização de campanhas de conscientização nas redes sociais, presença em manifestações/protestos convocadas pela rede, reuniões com tomadores de decisão e participação contínua em espaços de encontro da rede.

Entretanto, devido principalmente as assimetrias no que diz respeito ao tamanho da organização, o acesso à recursos e perfil dos participantes, as ONGs divergem em relação ao modo de atuação. Criado em 1996, o WWF-Brasil é uma das maiores ONGs socioambientais do Brasil, possuindo e atualmente mantém mais de 170 funcionários atuando em mais de 90 projetos na Amazônia, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pantanal e nos ecossistemas marinhos na costa brasileira (WWF-BRASIL, c2021). Em 2021 o total de receitas da ONG foi de R\$ 83,8 milhões, dos quais 78,64% (R\$ 65,963 milhões) vieram da Rede WWF – a Rede WWF atua ativamente em mais de cem países sendo a maior organização de conservação do mundo (WWF-BRASIL, 2021).

Segundo os(as) entrevistados(as) Sophie, Sol e Miguel do WWF-Brasil (informação verbal), o fato da ONG pertencer a uma rede internacional e a marca (logo) ser muito reconhecida, facilita a incidência política da organização. Outro ponto mencionado foi o fato da organização atuar de maneira técnica e baseada na ciência, o que legitima o WWF-Brasil perante os tomadores de decisão. Entretanto, a característica principal da incidência política da ONG, mencionada por todos(as) os(as) entrevistados(as) foi a postura conciliadora e aberta para o diálogo com diferentes tipos de atores. Através de diferentes termos como “razoabilidade para ouvir diferentes lados”; “promover o diálogo entre diferentes partes”; “ponte entre os diferentes atores” e “atuação por meios institucionais/corporativos”, os funcionários(as) buscaram enfatizar ao contrário de outras ONGs ambientalistas brasileiras, o WWF-Brasil não é uma organização essencialmente ativista (militante) e atua por meios institucionais/corporativos, sendo uma das poucas ONGs que fazem parcerias corporativas. Segundo eles, outras organizações não aceitam dialogar e articular com atores privados e governo, mas o WWF busca atuar como ponte entre os diferentes atores que compõem o tecido social e co-criar (criar em conjunto) as soluções. Um efeito positivo dessa postura, é que ela facilitaria o lobby com opositores, que possuiriam a abertura para negociar alterações no texto de uma proposta legislativa especificamente com a ONG.

Criado em 2012, o Engajamundo surgiu depois da participação de um grupo de jovens na Conferência da ONU em Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Com o objetivo de aumentar a participação e a incidência de jovens brasileiros em decisão locais, nacionais e internacionais. Apesar de possuir um Comitê Facilitador eleito periodicamente que representa

a ONG, o Engajamundo foi pensado para ser fluido e horizontal, onde os próprios jovens propõem as atividades que são realizadas e como executá-las. A ONG é organizada através de espaços virtuais e presenciais: os Grupos de Trabalho (GTs) são grupos temáticos onde os(as) voluntários(as) se reúnem online para discutir e planejar ações e campanhas sobre os temas clima, biodiversidade, gênero e cidades e comunidades sustentáveis. Já os núcleos locais são cidades onde existem voluntários(as) que atuam localmente, sendo mais de 20 atualmente. Importante destacar que o Engajamundo é uma organização composta exclusivamente por jovens entre 15 e 29 anos, sendo a faixa etária o único critério para ser voluntário ou voluntária da ONG.

Segundo os(as) entrevistados(as) Aurora, Gaia, Bernardo e Luna do Engajamundo (informação verbal), o advocacy realizado pela organização se baseia em ações presenciais e em ações digitais (nas redes sociais), e busca conscientizar a juventude acerca da importância da pauta ambiental, mas também os engajar no monitoramento do poder público, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário. Esporadicamente, a ONG, em conjunto com outras organizações do movimento ambientalista, participa de ações de lobby no Congresso Nacional, mas atua de maneira pontual, em projetos específicos, e conjuntamente com outras organizações. Para a definição de estratégias de advocacy e lobby, a organização realiza uma análise de cenário, considerando o corpo de voluntários disponível para a ação, os recursos financeiros disponíveis e as possibilidades e riscos de execução da ação de ativismo.

Os entrevistados(as) de ambas organizações destacaram a importância da atuação conjunta com outras organizações do movimento ambientalista em temas convergentes, pois seria difícil para uma organização realizar incidência política no Congresso isoladamente. Segundo Sol de Sá (informação verbal), cada organização possui autonomia e sua própria estratégia de temas prioritários e formas de atuação, realizando de maneira independente ações pontuais como alterações no texto de propostas legislativas, entretanto, em temas convergentes ou projetos de alto impacto as organizações buscam atuar em conjunto. Como exemplos de parceiros, além do próprio Observatório do Clima, foram citados o Pacto pela Democracia, Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, entre outros.

Em síntese, na percepção de Sol (informação verbal) de uma forma geral a rede de atores é muito unida e possuem estratégias em conjunto, mas sempre respeitando o individualismo de cada organização. Algumas ONGs, em especial, são ainda mais unidas e definem estratégias de atuação através de reuniões anuais de planejamento com os presidentes e principais diretores das organizações. Segundo eles, existem várias ações dispersas, mas com objetivos em comum,

de maneira que todo o movimento se beneficia dos resultados independentemente de quem tenha assumido o protagonismo da articulação política, pois a vitória é compartilhada.

## **6 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO WWF-BRASIL E NO ENGAJAMUNDO**

Segundo as entrevistadas Jasmim e Sol do WWF-Brasil (informação verbal), antes da pandemia de Covid-19 a ONG sempre executava a incidência política de forma presencial, antes da pandemia era recorrente ficar de terça a quinta no Congresso – dias em que ocorrem as sessões plenárias deliberativas, destinadas à votação de proposições.

Em seus depoimentos, Jasmim e Sol (informação verbal), afirmam que a incidência era realizada por meio do diálogo direto com os parlamentares e seus assessores, através de reuniões presenciais nos gabinetes e frentes parlamentares (ambientalista e indígena), e também pela entrega de notas técnicas e outros materiais voltados para criar, modificar ou barrar a tramitação de propostas. Com a pandemia de Covid-19 a ONG perdeu não apenas espaço físico de encontro, mas também o acesso direto aos parlamentares, migrando o relacionamento para a esfera virtual. As entrevistadas relataram que um dos maiores impactos da pandemia para a ONG foi a diminuição da efetividade do advocacy, pois com a perda do contato diminuiu-se a confiança e retorno dos parlamentares. Outro efeito apontado foi a diminuição da transparência do processo legislativo, pois sem acesso aos espaços físicos das Casas Legislativas era quase impossível acompanhar as articulações políticas dos opositores.

Sol de Sá (informação verbal) conta que no início, eles buscaram adaptar as antigas rotinas de buscar contatos “presenciais” através da realização de vídeos chamadas, entretanto essa abordagem não foi efetiva pois os parlamentares não se sentiam confortáveis e evitavam os encontros. Gradualmente, foi-se substituindo os convites para reunião por textos informativos no formato de alertas, notas técnicas, notas de posicionamento e outros materiais que visavam orientar a atuação do parlamentar.

Outra diferença entre as ONGs pode ser exemplificada com as diferentes abordagens na comunicação digital. Com a pandemia, a internet passou a ser a principal, e muitas vezes a única forma de mobilização social, forçando o WWF-Brasil a se digitalizar. Entretanto, composto majoritariamente por jovens, o Engajamundo já dominava técnicas e estratégias de comunicação nas redes sociais. Uma curiosidade apontada por dois entrevistados, Sophie e

Miguel (informação verbal) é de que houve uma disputa entre o movimento ambientalista e seus opositores na construção das narrativas durante a pandemia. Eles afirmaram que antes de 2020 os opositores estavam pouco mobilizados, mas com a pandemia eles passaram a utilizar a internet como meio de promoção das suas contra narrativas.

Uma possível explicação desse fenômeno, seria pela atuação do WWF-Brasil em relacionar a pandemia de Covid-19 com a degradação ambiental causada pela ação humana, e alertar para a probabilidade de que novas pandemia ocorram no futuro caso não se reverta a crise ambiental, conforme relatado por Sophie (informação verbal). Na opinião dela, durante a pandemia, eles perceberam que antigos opositores do WWF-Brasil não eram somente anti-ambientalistas, mas sim anti-ciência, o que impedia o diálogo por parte do WWF com estes atores, pois a ONG sempre se guiar pela ciência.

## **7 GOVERNO BOLSONARO: ESTRATÉGIAS DE ATIVISMO POLÍTICO AMBIENTAL EM UM CONTEXTO POLÍTICO HOSTIL**

Durante os últimos anos, as organizações do movimento ambientalista brasileiro experienciaram uma inversão radical na conjuntura política no campo da agenda ambiental. O cenário político desfavorável durante os dois anos do governo do ex-presidente Michel Temer, rapidamente se deteriorou em um cenário político hostil às causas socioambientais. Em 2018, ainda em sua campanha eleitoral, o ex-presidente Jair Bolsonaro propôs extinguir o Ministério do Meio Ambiente fundindo-o com o Ministério da Agricultura, diante das críticas – inclusive do setor agropecuário – Bolsonaro recuou da proposta, mas nomeou um ministro alinhado à agenda anti ambientalista: Ricardo Salles. Segundo artigo do Greenpeace, à frente do Ministério, Salles criou normas e outros dispositivos infralegais (que não precisam passar pelo Congresso) para favorecer o setor madeireiro, da mineração e da construção civil (GREENPEACE, 2022). Em um dos episódios mais emblemáticos da política ambiental do governo federal, durante uma reunião ministerial em plena pandemia de Covid-19, o ex-ministro defendeu “passar a boiada” enquanto a atenção midiática estava voltada para a Covid-19. Em síntese os quatros anos de governo Bolsonaro foram marcados por um desmonte das políticas e órgãos ambientais, como aponta o “Relatório Final” do Gabinete da Transição Governamental, de dezembro de 2022:

“O governo Bolsonaro promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e

órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental. Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo Bolsonaro, a maior alta percentual que já ocorreu em um mandato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988” (RELATÓRIO, 2022).

Segundo a entrevistada Sophie Camargo (informação verbal), a partir de 2019 a ONG enfrentou uma série de desafios, pois, desde a sua campanha eleitoral, o ex-presidente Jair Bolsonaro se recusava à qualquer diálogo e negociação com os movimentos sociais, chegando ao extremo de acusar ONGs ambientalistas de serem as autores dos incêndios na região Amazônica em 2019. Devido ao cenário político hostil aos movimentos sociais no geral e a agenda ambientalista em específico, o WWF-Brasil definiu como prioridade barrar os retrocessos no Poder Legislativo e do Poder Executivo na área socioambiental através da incidência política e da produção de conhecimento científico. Durante os 4 anos de governo Bolsonaro os(as) entrevistados(as) do Engajamundo (informação verbal) afirmaram que foram elaborados diversos posts informativos visando conscientizar a juventude sobre a importância da pauta socioambiental e dos efeitos negativos diretos das iniciativas do governo Bolsonaro, assim como foram realizadas ações de ativismo denunciando a gestão do governo federal na pauta climática durante as Conference of the Parties (COP) 26 e 27.

Como explicam Kathryn Hochstetler e Margaret E. Keck (2007), em geral, as atuações de bloqueio ocorrem em contextos políticos hostis, quando decisões desfavoráveis são tomadas por atores públicos ou privados não facilmente influenciados pelas redes de atores. Neste cenário de ameaça ao meio ambiente, as redes de ativistas rapidamente enquadram as pautas ambientais dividindo os atores entre os que são apoiadores e os que são opositores. O sentimento de ameaça demanda uma ação urgente por parte dos apoiadores, ainda que as mobilizações possam se estender ao longo de anos, pois piora as condições atuais há menos que haja uma ação imediata por parte dos ativistas.

As autoras explicam que, atuando sozinhos em atividades de bloqueio, os atores sociais menos influentes têm poucos recursos além dos protestos de rua para tentar barrar as políticas, entretanto, frequentemente, eles contam com o apoio de aliados da elite de dentro do Estado ou com acesso aos meios de comunicação social nacionais e internacionais. Estes cooperam repassando informações estratégicas para reforçar os protestos ou tentar influenciar a opinião pública. A centralidade das redes de atores na construção da capacidade política ajuda a explicar

como mesmo na ausência do que os estudiosos do processo político poderiam identificar como uma oportunidade política (TARROW, 1994), os atores conseguem identificar meios de impulsionar os seus objetivos.

Essa centralidade da rede de organizações do movimento ambientalista é evidente no discurso dos(as) entrevistados(as) das duas organizações, mas difere em relação a quantidade e densidade das relações interpessoais (informação verbal). O WWF-Brasil faz parte da Rede WWF – a maior organização do tipo no mundo – com quase 5 milhões de associados, presença em mais de 100 países, distribuídos em seis continentes, onde desenvolve cerca de 2 mil projetos de conservação do meio ambiente (WWF-Brasil, c2021). Já o Engajamundo conta com apenas seis grandes apoiadores e um número significativamente menor de membros: 2.297 (ENGAJAMUNDO, 2022). Entretanto, membros de ambas ONGs afirmam atuar em colaboração, coparticipação e co-criação com outras organizações e destacam a importância de as decisões serem tomadas em conjunto com a rede, conforme depoimentos de Sol e Aurora (informação verbal). No Ato pela Terra, os aliados de elite consistiram em influenciadores, artistas, celebridades, empresas, parlamentares (em especial senadores aliados) e embaixadas, juntos conseguiram mobilizar a opinião pública e evitar a aprovação dos projetos.

## **8 O “PACOTE DA DESTRUIÇÃO”: A REAÇÃO DAS ONGS AMBIENTALISTAS À NOVA AMEAÇA NA CONJUNTURA POLÍTICA**

Os PL 2.633/20 e PL 510/21: denominados PLs da Grilagem pelas organizações ambientais, o primeiro anistia a invasão e o desmatamento de terras públicas que tenham ocorrido até o ano de 2017, enquanto o segundo permite que invasores de grandes propriedades obtenham o título de propriedade sem necessidade de vistoria para averiguar a veracidade de suas alegações. O PL 2.159/21: popularmente conhecido como PL do Licenciamento Ambiental, o projeto de lei restringe o licenciamento ambiental transformando-o em uma exceção em vez de regra além de enfraquecer os instrumentos de avaliação, prevenção e controle de impactos socioambientais. O PL 490/07 (Exploração de Terras Indígenas) e PL 191/2020 (Mineração em Terras Indígenas) preveem, entre outros pontos, a abertura das terras indígenas para grandes plantios e criações de gado; redução de terras demarcadas e liberação para construção de hidrelétricas e mineração em terras indígenas, mesmo sem aval dos povos que as habitam. Por fim há ainda os PL 6.299/02 (Pacote do Veneno) que prevê a liberação de mais agrotóxicos, incluindo produtos já proibidos em outros países, o PL 5.544/2020, que libera

a caça de animais silvestres, e o PL 4.546/2021, que altera drasticamente a Política Nacional de Recursos Hídricos (WWF-BRASIL, 2022).

No dia 02 de fevereiro de 2022, com o fim do recesso parlamentar e início da sessão legislativa ordinária de 2022. Na época, líder do governo na Câmara dos Deputados, o deputado federal Ricardo Barros (PP/PR) afirmou que o foco da bancada governista em 2022 seria, entre outros temas, a aprovação dos projetos de lei incluídos no "Pacote da Destruição". Uma semana depois, no dia 09 de fevereiro, o PL 6299/2002 (Pacote do Veneno) foi aprovado no plenário da Casa Legislativa em votação remota, e seguiu para apreciação pelo Senado Federal. Foram apenas quatro horas de debate entre a aprovação do requerimento de urgência – mecanismo regimental de aceleração da tramitação de uma proposta legislativa – e a apreciação pelo plenário virtual. O objetivo dos congressistas favoráveis aos PLs contemplados no "Pacote da Destruição" era acelerar a tramitação das propostas de modo a, se possível, aprová-las nos primeiros meses de 2022, antes do esvaziamento das Casas durante o período eleitoral. Apesar de não terem tido êxito com a aprovação no Senado Federal ainda em 2022, resultado que os ativistas creditam à mobilização da sociedade civil e científica, os congressistas foram eficazes em acelerar a tramitação do mesmo. Esse sucesso parcial da base governista da Câmara pode ser explicado pela participação de parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no processo de tramitação das matérias. Com 280 membros em 2022, a FPA é uma das maiores, mais influentes e mais organizadas bancadas do Congresso, e defendeu a aprovação dos projetos.

Com a priorização pelo governo federal e apoio de bancadas parlamentares influentes, os(as) entrevistados(as) do Engajamundo e do WWF-Brasil afirmaram que a análise de conjuntura feita pelas organizações do movimento ambientalista brasileiro foi de "altíssimo risco de aprovação e impacto gravíssimo" (informação verbal). Em reação ao cenário de ameaça imediata, organizações do movimento ambientalista brasileiro, decidiram organizar uma grande manifestação da sociedade civil contrária à aprovação dos projetos – posteriormente denominado "Ato pela Terra" – e em paralelo realizar ações de lobby no Congresso.

Liderados pelo Observatório do Clima – grupo do qual o WWF-Brasil e o Engajamundo participam (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, [s.d]) – foi avaliado como cada organização poderia contribuir com o "Ato pela Terra", providenciando recursos financeiros, humanos ou logísticos, como por exemplo a divulgação nas redes sociais, parcerias com artistas, infraestrutura física, recursos logísticos, cobertura audiovisual do evento, doações e patrocínios, materiais físicos de divulgação, conforme entrevista de Sol de Sá (informação verbal). Além da

divisão de trabalho, havia também o compartilhamento de informações e o conhecimento técnico para execução. Através de reuniões semanais, os membros das organizações dividiam as tarefas, atribuíam suas respectivas lideranças e atualizavam uns aos outros, compartilhando o andamento das ações que estavam sob sua responsabilidade.

## **9 O CYBER ADVOCACY E LOBBY COMO ESTRATÉGIAS PARA BARRAR A TRAMITAÇÃO DO PACOTE DE LEIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO FEDERAL**

Segundo a ONG Politize, o advocacy (sem tradução direta para a língua portuguesa), significa as ações de pressão realizadas por organizações da sociedade civil em defesa de uma causa social (ENRICONI, 2017). Em resumo, o advocacy consiste em um processo de reivindicação de direitos e/ou defesa de causas sociais que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas. Muitas vezes utilizados como sinônimos, os termos advocacy e lobby se diferenciam pela estratégia de influência utilizada, natureza da política pública e nos atores que os utilizam.

"Em resumo, verifica-se que o advocacy busca, principalmente, gerar maior conscientização sobre uma causa pública, engajando outros atores, para que estes pressionem os tomadores de decisão. Assim, uma campanha de advocacy pode conter ações de lobby (comunicação direta com o tomador de decisão), mas não privilegia ou se restringe a esse modo de atuação" (ENRICONI, 2017).

Nesse sentido, Louise Enriconi aponta que para além da discussão, formulação ou implementação de políticas públicas, o advocacy fortalece a própria democracia.

"Ao ampliar a participação e representatividade de grupos muitas vezes excluídos dos processos políticos decisórios e assegurar que os direitos desses indivíduos sejam garantidos, o advocacy fortalece a democratização da própria sociedade. Com o aumento do poder de ação da sociedade civil e maior participação cidadã nos processos de tomada de decisão, é consolidada uma cultura política mais democrática, transparente e participativa" (ENRICONI, 2017).

O "Ato pela Terra" foi a maior manifestação ambiental já feita no Brasil fora de conferências da ONU (Organização das Nações Unidas), o evento reuniu cerca de 15 mil

manifestantes, 230 organizações e coletivos da sociedade civil e mais de 40 artistas (WWF-BRASIL, 2022). Além do protesto, foram realizadas ações com o Poder Judiciário – através de um manifesto entregue aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, Cármen Lúcia, Luís Barroso e Alexandre de Moraes – e com o Poder Legislativo, por meio de uma audiência pública com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Superficialmente, pode-se apontar que as rotinas escolhidas pelo WWF-Brasil e pelo Engajamundo se assemelha e muito com o repertório de confronto utilizado por outras organizações do movimento ambientalista brasileiro e em outros contextos políticos, tendo em vista que manifestações e audiências públicas estão longe de ser uma novidade dentro do histórico de atuação dos movimentos sociais, entretanto, houve sim uma inovação no repertório gerada pelo contexto político: a criação do "cyber advocacy", assim denominado pelos(as) entrevistados(as) do WWF-Brasil.

O cyber advocacy consistiu em uma grande campanha de divulgação nas redes sociais dos projetos de lei contemplados pelo "Pacote da Destruição" e das consequências negativas para a proteção ambiental caso fossem aprovados, assim como a divulgação de um evento como parte da manifestação no "Ato pela Terra". A mobilização contou com o apoio de influenciadores, artistas, empresas, parlamentares aliados e até mesmo embaixadas, que conseguiram evitar a aprovação dos projetos no Senado Federal.

Criada por outra organização que participa do grupo Observatório do Clima, a estratégia foi escolhida pela dificuldade do movimento ambientalista em conseguir influenciar efetivamente as discussões e o processo legislativo na Câmara dos Deputados.

## **10 WWF-BRASIL E ENGAJAMUNDO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA ARTICULAÇÃO CONTRA O PACOTE DA DESTRUIÇÃO**

Especificamente em relação às estratégias de influência na tramitação dos projetos de lei (PLs) integrantes do denominado “Pacote da Destruição”, descobriu-se que ambas organizações participaram ativamente do Ato pela Terra, mas de maneira bastante distinta, justamente pelas diferentes características entre as ONGs. Enquanto o WWF-Brasil participou de forma mais ampla, estando presente desde o início da elaboração da estratégia de atuação e contribuindo com seus recursos (humanos e financeiros) para a realização do ato, o(a) entrevistado(a) Aurora do Engajamundo soube da iniciativa por meio de contatos dentro do

movimento somente quatro dias antes do “Ato pela Terra” e decidiu participar representando a organização.

Esse processo de decisão descentralizado, realizado pelo núcleo local (NL) de Brasília, constitui ainda outro contraste com a participação do WWF-Brasil, que ocorreu de maneira muito mais institucionalizada pela alta direção da organização. Enquanto no WWF-Brasil participaram diversos funcionários de diferentes círculos, entre os quais os círculos de comunicação e incidência política lideravam a organização, no Engajamundo somente três pessoas da organização participaram enquanto voluntárias da ONG pois decidiram aproveitar a oportunidade que havia surgido. Durante os quatro dias de preparação, o(a) entrevistado(a) Aurora construiu conjuntamente com outros dois membros do Núcleo de Brasília o discurso que seria lido no trio elétrico, o trio escolheu entre si quem representaria o grupo, e por consequência toda a ONG, para o público.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho pretendeu entender as estratégias utilizadas por organizações não governamentais (ONGs) do movimento ambientalista brasileiro para influenciar na tramitação do conjunto de projetos de lei denominado “Pacote da Destruição”, buscando contribuir para uma pesquisa mais ampla sobre os impactos e limites do ativismo ambiental na formulação de políticas públicas ambientais. A pesquisa teve como base uma estrutura metodológica qualitativa e desenho de pesquisa um estudo de caso descritivo (Yin, 2001) para estudo do ativismo político na pauta ambiental. O caso escolhido foi o ativismo político contrário à aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal do Brasil dos projetos de lei (PLs) integrantes do denominado “Pacote da Destruição” realizado por organizações do movimento ambientalista brasileiro, tendo como recorte temporal o ano de 2021 até o presente momento.

Para se atingir uma compreensão das estratégias utilizadas para influência no processo legislativo, definiu-se dois objetivos específicos. O primeiro foi identificar as estratégias de atuação utilizadas por ONGs do movimento ambientalista brasileiro para influenciar na tramitação dos projetos de lei (PLs) integrantes do denominado “Pacote da Destruição”. Verificou-se que a atuação se fundamentou em duas frentes distintas, mas complementares: o cyber advocacy e o lobby. Depois, pretendeu-se comparar as similaridades e diferenças nas estratégias utilizadas pelas organizações selecionadas, assim como compreender o que motivou

a adoção de diferentes estratégias por parte desses atores. A análise permitiu concluir que o WWF-Brasil realiza as ações de advocacy e lobby de maneira mais contínua, não apenas participando, mas ajudando a construir as iniciativas da rede do movimento ambientalista através de seus recursos e aliados. Já o Engajamundo, participa de ações pontuais em temas que convirjam com a agenda da organização. Especificamente no “Ato pela Terra”, as divergências foram motivadas pela capacidade das ONGs no acesso a recursos (humanos e financeiros), além de diferentes abordagens frente aos tomadores de decisão, enquanto o WWF-Brasil é conhecido por sua base técnica-científica e por sua atuação institucional/corporativa, o Engajamundo é uma organização voltada para o ativismo jovem em temas socioambientais.

Sendo assim, conclui-se que o advocacy e o lobby são as principais estratégias utilizadas por organizações não governamentais do movimento ambientalista brasileiro para influenciar no processo político-decisório de projetos de interesse no âmbito do poder legislativo em um cenário político-institucional adverso às políticas de defesa do meio ambiente.

A coleta de dados, através da técnica de pesquisa documental, permitiu construir uma extensa base de dados com notícias, entrevistas, notas de posicionamento, relatórios, dossiês, papers, posts e vídeos em redes sociais, assim como demais tipos de comunicação utilizados na época, possibilitando a identificação das ações de cyber advocacy utilizadas pelo WWF-Brasil e pelo Engajamundo para conscientizar os seus respectivos públicos. Entretanto, a técnica de pesquisa documental não foi útil para mapear as ações de lobby utilizadas para pressionar o Poder Legislativo (em especial o Senado Federal) em barrar a tramitação do “Pacote da Destruição”, o que pode ser explicado por esse tipo de ação ocorrer em caráter privado. Neste sentido, foi a escolha por entrevistas semiestruturadas que possibilitou mapear as estratégias de lobby utilizadas, assim como contribuiu para uma maior compreensão dos motivos que levaram as organizações a atuar de maneiras distintas ainda que compartilhassem do mesmo contexto político.

Em pesquisas futuras, pode-se ampliar a amostra incluindo organizações não governamentais (ONGs) de diferentes portes para verificar se os resultados encontrados nesta pesquisa se aplicam à um conjunto mais amplo de organizações do movimento ambientalista brasileiro, assim como deve-se aprofundar a pesquisa em como a infraestrutura (acesso à recursos) limitam ou expandem as possibilidades de atuação dos atores, outra alternativa ainda é avaliar a efetividade das estratégias utilizadas pelas ONGs para barrar a tramitação do conjunto de leis denominado “Pacote da Destruição”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A verdade sobre a amazônia sob o governo bolsonaro. **Greenpeace**, 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-verdade-sobre-a-amazonia-sob-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

ABERS, Rebecca Neaera. Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 22–44, 2019.

AS 10 maiores boiadas durante a pandemia de covid-19. **Política por Inteiro**, 2020. Disponível em: <https://www.politicaporinteiro.org/2021/04/22/as-10-maiores-boiadas-durante-a-pandemia-de-covid-19-ate-aqui/#toggle-id-1-closed>. Acesso em: 19 de jan. de 2023.

AGROTÓXICOS avançam no pacote da destruição de bolsonaro no congresso. **Clima Info**, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/02/10/agrotoxicos-avancam-no-pacote-da-destruicao-de-bolsonaro-no-congresso/>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

ALMEIDA, Paul D. The role of threat in collective action. **The Wiley Blackwell companion to social movements**, p. 43-62, 2018.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 76, p. 49–86, 2009.

ALVES, Fabiana. Relatório IPCC: a crise do clima já apresenta consequências irreversíveis. **Greenpeace**, 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/relatorio-ipcc-a-crise-do-clima-ja-apresenta-consequencias-irreversiveis/>. Acesso em: 08 de abr. de 2022.

AMORIM, Aurora et al. Entrevista 01 com membros do Engajamundo. Entrevista concedida a Rebecca Elise Machado de Menezes. Brasília, 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "C" desta monografia]

ATO pela Terra: a luta pela vida e contra o pacote da destruição ambiental continua. **WWF-Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81848/Ato-pela-Terra-a-luta-pela-vida-e-contra-o-Pacote-da-Destruicao-ambiental-continua>. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

ATO pela terra: artistas e organizações denunciam ‘pacote da destruição’ no congresso. **WWF-Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81828/Ato-pela-Terra-Artistas-e-organizacoes-denunciam-Pacote-da-Destruicao-no-Congresso>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

BABBIE, Earl. 1999. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, cap. 4, p. 95-110.

BRASIL. Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022. Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Edição 28-A, Sessão 1 – Extra A, p.1, 09 de fev. de 2022.

CAETANO Veloso, artistas e organizações se reúnem em ato pela terra contra pacote da destruição. **Greenpeace**, 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/caetano-veloso-artistas-e-organizacoes-se-reunem-em-ato-pela-terra-contra-pacote-da-destruicao/>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

CARAZZA, Bruno. Chico, Dorothy, Dom, Bruno e as outras 307 vítimas. **Valor Econômico**, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/chico-dorothy-dom-bruno-e-as-outras-307-vitimas.ghtml>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

CONGRESSO retoma atividades e deve acelerar agenda de ameaças socioambientais. **WWF-Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81609/Congresso-retoma-atividades-e-deve-acelerar-agenda-de-ameacas-socioambientais>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

CONVOCATÓRIA: Ato em defesa da terra e contra o pacote da destruição. **WWF-Brasil**, 2022. Disponível em: [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/convocatoria\\_movimentos\\_2.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/convocatoria_movimentos_2.pdf). Acesso em: 21 de jan. de 2023.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 219–250, 2010.

ENRICONI, Louise. Advocacy: o que é. **Politize**, 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

GABINETE relatório final de transição governamental. **Gabinete de Transição**, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

GARCIA, Rafael. Pacote da destruição ambiental pode passar no congresso ainda em 2022. **O Globo**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/10/pacote-da-destruicao-ambiental-pode-passar-no-congresso-ainda-em-2022.ghtml>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

GUSSEN, Ana Flávia. Com Salles, governo assinou em um ano 721 medidas que impactam o meio ambiente. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/ricardo-salles-assinou-721-medidas-contr-o-meio-ambiente-em-apenas-um/>. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

INSTITUCIONAL. **WWF-Brasil**, c2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/sobrenos/institucional/>. Acesso em: 11 de dez. de 2020.

JARDIM, Jasmim. Entrevista 01 com funcionário(a) do WWF-Brasil. Entrevista concedida a Rebecca Elise Machado de Menezes. Brasília, 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "D" desta monografia]

JASPER, James M. Introduction. From political opportunity structures to strategic interaction. In: **Contention in context**. Stanford University Press, 2011. p. 1-34.

KRIESI, Hanspeter (Ed.). (1995). *New social movements in Western Europe: A comparative analysis*. University of Minnesota Press, 1995.

LEAL, Arthur. ONU alerta para consequências irreversíveis causadas pela crise climática; no melhor cenário, Brasil pode ter o triplo de inundações ao fim do século. **O GLOBO**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/onu-alerta-para-consequencias-irreversiveis-causadas-pela-crise-climatica-no-melhor-cenario-brasil-pode-ter-triplo-de-inundacoes-ao-fim-do-seculo-25413745>. Acesso em: 08 de abr. de 2022.

MACHADO, Daniel. 2021. “Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas ciências sociais”, Revista Brasileira de Ciência Política, 36, 1-32

MELLO, Miguel. Entrevista 04 com funcionário(a) do WWF-Brasil. Entrevista concedida a Rebecca Elise Machado de Menezes. Brasília, 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "G" desta monografia]

MUDANÇAS climáticas na percepção dos brasileiros 2021. **ITS**, 2021. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2021/>. Acesso em: 08 de abr. de 2022.

NOSSOS membros. **Observatório do Clima**, [s.d]. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/quem-somos/nossos-membros/>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

NOVO relatório do IPCC é um alerta ao Congresso Nacional. **WWF-Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81788/Novo-relatorio-do-IPCC-e-um-alerta-ao-Congresso-brasileiro>. Acesso em: 08 de abr. de 2022.

OS impactos das mudanças climáticas no Brasil segundo o 4º relatório do IPCC. **WWF-Brasil**. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/reducao\\_de\\_impactos2/clima/politicas\\_de\\_clima/brasil\\_mudancas\\_climaticas/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/politicas_de_clima/brasil_mudancas_climaticas/). Acesso em: 08 de abr. de 2022.

PACOTE da destruição ambiental ganha celeridade no congresso. **Clima Info**, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/10/20/pacote-da-destruicao-ambiental-ganha-celeridade-no-congresso->



REZENDE, Flávio. 2014. “Fronteiras de integração entre métodos qualitativos e quantitativos na ciência política comparada”, em: Teoria e Sociedade, 22(2), p. 40-74.

RUDOLFO, Lago. Meio ambiente: o que bolsonaro fez para “passar a boiada”. **Congresso em Foco**, 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/meio-ambiente-o-que-bolsonaro-fez-para-passar-a-boiada/>. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão Domingos e Joel GUINDANI. 2009. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, número I.

SÁ, Sol de. Entrevista 03 com funcionário(a) do WWF-Brasil. Entrevista concedida a Rebecca Elise Machado de Menezes. Brasília, 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "F" desta monografia]

SARAMAGO, Sophie. Entrevista 02 com funcionário(a) do WWF-Brasil. Entrevista concedida a Rebecca Elise Machado de Menezes. Brasília, 2022. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "E" desta monografia]

SENADORES divergem sobre PL dos Agrotóxicos. **Agência Senado**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/11/senadores-tem-divergencias-sobre-pl-dos-agrotoxicos>. Acesso em: 09 de jan. de 2023.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max. (Org.). 2016. Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão.

SOBRE. **Engajamundo**, 2022. Disponível em: <https://engajamundo.org/sobre/>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

TALANOA, 2022 - Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. **Instituto Talanoa**, 2022. Disponível em: <https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Reconstrucao.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

TARROW, Sidney. 2009 [1998], “Ação coletiva modular” O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político, Petrópolis, Editora Vozes, 49-65.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 1993, 17, p. 253-280.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

UM governo contra o meio ambiente. **Governo da Destruição**, 2021. Disponível em: <https://governodadestruicao.org/>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

UM governo contra o meio ambiente. **Greenpeace**, 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/resista/um-governo-contra-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Danniell; DIAS. O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In: ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; LAVALLE, Adrián G.; SILVA, Marcelo Kunrath; et al (Orgs.). *Participação e Ativismos: Entre Retrocessos e Resistências*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022, p. 307–326.

YIN, Robert K. 2005. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre, Bookman, cap. 1.

ZAMORA, Maria Helena. 2021. “Apurando a escuta: uma introdução à técnica de entrevistas”, em: Siqueira, Isabel e Ana Carolina Lacerda (orgs.), *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*, vol. III, PUC-RJ, cap. 4.

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

- A. **Objetivo:** Compreender quais as estratégias utilizadas por organizações não governamentais (ONGs) do movimento ambientalista brasileiro para influenciar no processo político-decisório de projetos de interesse no âmbito do poder legislativo em um cenário político-institucional adverso às políticas de defesa do meio ambiente?
- B. **Estratégia de entrevistas:** Entrevistas com funcionários dos círculos de Comunicação e Incidência Política do WWF-Brasil e com membros do Engajamundo.
- C. **Formulário**
1. Por que a organização é contrária à aprovação do conjunto de leis denominado “Pacote da Destruição”?
  2. Na época, qual a conclusão da análise de risco realizada pela organização acerca da possibilidade e impacto da aprovação do pacote de leis?
  3. Quais foram as estratégias de advocacy/lobby definidas pela organização para barrar a tramitação dos projetos de lei?
  4. Por que foram escolhidas essas estratégias?
  5. A definição das estratégias foi realizada internamente na organização ou foi uma decisão compartilhada na rede?
  6. Durante o processo de decisão, houve mais consenso ou mais conflito?
  7. Houve necessidade de adequação ao longo do tempo?
  8. Qual a avaliação das estratégias adotadas? Elas cumpriram os objetivos?

9. No geral, como as estratégias de atuação da organização foram afetadas por um Poder Executivo Federal contrário à causa ambientalista?

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTAS**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável as alunas de graduação Elise Machado e Giovanna Sousa, integrantes da matéria de “Política e Movimentos Sociais”, sob responsabilidade da professora Rebecca Abers, no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. A professora pode ser contatada pelo e-mail: [abers@unb.br](mailto:abers@unb.br).

O objetivo é adquirir conhecimento sobre a atuação, organização e propostas de movimentos sociais que atuam em torno de diversos temas e perspectivas ideológicas. Tenho ciência de que o estudo envolve entrevistas semiestruturadas, visando a realização de um trabalho da disciplina. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, podendo ser utilizada para a elaboração de vídeos e materiais escritos. Estes materiais serão usados apenas para fins de ensino.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE C – ENTREVISTA 01 COM MEMBROS DO ENGAJAMUNDO**

### **Entrevistados(as):**

Aurora Amorim\*, Coordenadora do Núcleo Local de Brasília do Engajamundo

Gaia Guimarães\*, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Clima do Engajamundo

Bernardo Bueno\*, Representante do Comitê Facilitador do Engajamundo

Luna Lisboa\*, Representante do Comitê Facilitador do Engajamundo

*\*nomes fictícios a fim de preservar o anonimato dos(as) entrevistados(as)*

**Entrevistadora:** Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ano de realização da entrevista:** 2023

### **Transcrição:**

O Engajamundo busca trazer o engajamento político à população jovem no geral e tornar temas que são estratégicos para a juventude (como política) um pouco menos chatos e mais divertidos para a juventude. A gente percebe que quando a gente tem um baixo engajamento político, leis absurdas são aprovadas, como é o exemplo do pacote da destruição. Isso aconteceu durante a Copa do Mundo, justamente no período em que as pessoas estavam menos engajadas com política e depois estavam prestando menos atenção para o que estava acontecendo no Congresso, e eles aproveitam que o foco não está sendo em política para passar esse tipo de leis antipopulares. Então, o engajamento justamente é contra isso, por saber que através do engajamento político da juventude (no sentido de participação e representação na tomada de decisões) que vamos a gente ter uma sociedade justa e um futuro melhor para todos.

O Engajamundo faz parte de uma rede de organizações da sociedade civil que estão engajadas nessa pauta climática e socioambiental. E assim, é uma deliberação conjunta que a gente vê por meio de vários contatos que a gente tem entre pessoas que estudam a mudança do clima, pessoas que fazem uma análise técnica e pessoas que já tem um histórico de luta pela defesa do meio ambiente e houve um consenso de que essa de que essas leis elas realmente seriam negativas

para tudo pelo qual o Engajamundo e outras organizações da sociedade civil lutam. Então nossa participação ocorreu pela necessidade e tanto é que é daí que vem o apelido que a sociedade civil deu a esse conjunto de leis que é o “Pacote da Destruição”.

Eu acho que essa questão da análise de risco, ela vem muito também do fato de que o Engajamundo faz parte da rede de organizações da sociedade civil, que é o Observatório do Clima. Então, assim, não é uma decisão que foi tomada somente pelo Engajamundo, mas sim em conjunto com outras organizações da sociedade civil que chegaram e avaliaram objetivamente o impacto de cada um dos projetos de lei que estavam dentro do pacote. Inclusive, o Observatório do Clima soltou um documento justamente falando sobre os problemas que tem cada uma dessas legislações no pacote da destruição.

A nossa participação no evento do Ato pela Terra em si, junto da Paloma e da Analu foi um movimento muito horizontal que veio da Paloma de mim (Luiza), pois nós duas ficamos sabendo que iria acontecer o evento e nós duas já estávamos nos articulando para a Greve pelo Clima que aconteceria uma semana depois, e juntas resolvemos que queríamos ter uma presença do Engajamundo nesses dois eventos e assim não foi algo que a gente passou para o Comitê Facilitador (CF), foi algo que realmente o núcleo local de Brasília decidiu fazer.

Nós do núcleo local fomos lá levando as bandeiras pelas quais a gente lutava (participação e representação da juventude). Foi aberto para quem queria participar, mas somente nós três com base no engajamento e participação que tínhamos na organização nos voluntariamos para ir representando o Engajamundo, então não foi algo institucionalmente estruturado. Eu acho que as comunicações que foram feitas na página oficial do Engajamundo, aí sim são outros 500 e houve certo planejamento. Mas tirando isso, tipo, muita coisa foi puxada realmente por Paloma e por mim. Institucionalmente o Engajamundo não participou de maneira muito sistemática, nós apoiamos o Manifesto do evento, mas a gente não apoiou de forma muito intensiva no planejamento da manifestação.

Foi escolhida essa estratégia porque a gente tinha esse contato da Paloma. A Paloma tem um alcance grande nas redes sociais dela também, porque ela é embaixadora da ONU para a juventude. Ela é uma pessoa reconhecida nesse mundo de ativismo ambiental e é ex Engajamundo. E a gente tinha esses contatos lá dentro e conseguiria chegar e aproveitar essa oportunidade. Eu acho que muito dessa questão de ativismo é você saber aproveitar as oportunidades que surgem. A foi escolhida essa estratégia ao invés de outras com base no nosso

processo de análise de cenário. Geralmente para escolher a estratégia de ativismo, a gente faz uma análise de cenários, de possibilidades. Então até a questão de corpo de voluntários que a gente tem ali disponível e, recursos financeiros, tempo para planejamento e execução, tudo isso conta. Nós costumamos fazer o famoso “toró de ideias” e é daí que surgem as nossas estratégias de ativismo, que sempre são muito, muito carregadas de criatividade e, enfim, costuma ser assim que o Engajamundo faz essas ações de ativismo.

A nossa participação no ato em si foi uma fala no palco do trio elétrico, nós fomos fazer um discurso que foi construído pelo Núcleo Local de Brasília. Então assim, não foi algo que foi como um consenso entre toda a organização, ou que veio como uma diretriz do comitê facilitador. Foi realmente uma vontade e um consenso entre essas três pessoas em uma reunião de NL que a gente teve, a gente falou “Olha, vai ter essa oportunidade aqui em Brasília, vamos!”.

E aí as pessoas interessadas chegaram, disseram vamos! E aí, a partir disso, a gente começou a construir um documento sobre qual seria a nossa fala, o que a gente queria abordar, quem iria subir no palco, quem iria representar o Engajamundo, etc. Foram decisões tomadas em conjunto de maneira descentralizada e muito ágil.

Em relação à adequação ao longo do tempo, eu acho que não houve necessidade pois foi uma ação muito pontual, então não foi algo que precisou de muita adequação ao longo do tempo, até porque tivemos apenas quatro dias no máximo para nos preparar antes do evento. Então as situações que ocorreram foram uma redução do tempo de fala, imprevistos que ocorrem no momento como “fulano não pode, vai ciclano no palco”, esse tipo de coisa. Então como não houve uma estratégia de toda a organização de preparação para o evento, de fato não precisamos fazer muitas adequações.

Em relação aos resultados, como participante representando o NL de Brasília é algo um pouco difícil de mensurar, porque assim a gente teve muito pouco de informação em relação a quantas pessoas participaram do Ato e qual foi o impacto geral que teve no Congresso. Mas assim, isso é algo que realmente eu acho que quem vai poder te responder seria de fato os organizadores do ato em si, ou seja, a equipe de organização do Caetano Veloso. Eu sinto que é assim do nosso lado, a gente faz a nossa parte para tipo trazer o que a gente estava pensando do lado da juventude, nas falas e na oportunidade que apareceu pra gente. Mas o ativismo é uma luta muito

difícil e é uma luta que é assim e você tem resultados às vezes muito difíceis de mensurar e muito pequenos.

Como saber que a participação específica do engajamento teve um impacto? Qual foi o impacto da participação do Engajamundo no resultado final? É muito difícil você mensurar isso. Então, novamente, eu acho que assim quem teria mais esses dados e poderia te dar uma resposta mais concreta seria a organização do do ato em si, ou seja, os artistas ou qualquer pessoa que tipo de fato tenha olhado isso, ou então tipo olhar ou os números da polícia do Distrito Federal para ver quantas pessoas estavam lá, esse tipo de coisa.

## **APÊNDICE D – ENTREVISTA 01 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL**

**Entrevistada:** Jasmim Jardim\*, Gerente de Comunicação Institucional do WWF Brasil.

\*nome fictício a fim de preservar o anonimato do(a) entrevistado(a)

**Entrevistadora:** Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ano de realização da entrevista:** 2022

**Transcrição:**

**01. A Rede WWF já atuava no Brasil desde 1971, o que suscitou então a criação do WWF Brasil em 30 de agosto de 1996?**

A Rede WWF atuava no país por meio de financiamento de projetos brasileiros, como por exemplo o projeto de conservação do Mico-leão-dourado. Entretanto, com o passar dos anos a atuação no Brasil foi se consolidando e isto possibilitou a criação do escritório nacional aqui.

**02. Quais são os principais problemas que o WWF Brasil busca enfrentar? Como o WWF Brasil pretende fazer isso?**

O principal objetivo do WWF Brasil é a defesa da vida e de uma integração entre a humanidade e a natureza, entendendo que nós seres humanos não somos um elemento separado, pelo contrário, estamos inseridos e fazemos parte dela. Para isso duas curvas precisam ser invertidas: a queda de biodiversidade e o aumento dos gases de efeito estufa.

O WWF Brasil guia sua atuação através de cerca de 13 ou 14 direcionadores (*drives*) para inverter essas duas curvas, e cada um desses direcionadores são um conjunto de ações voltadas para o problema e sua solução.

O nosso modelo de atuação se dá por meio de projetos que integrem e atendam nossa lógica de intervenção: projetos em campo, baseados na ciência, que legitimam nossa visão para solucionar aquele determinado problema. Com isso, geramos conhecimento para articular com

outros parceiros e incidir em decisões para gerar o nosso impacto, sempre dialogando com tantas partes interessadas quanto possível, sejam empresas e/ou governos.

Nesse sentido, o WWF Brasil busca dialogar com os parlamentares com a intenção não só de alertá-los para a importância da pauta ambiental, mas também para evitar que sejam aprovadas legislações danosas e que promovam injustiça climática.

**03. Com mais de 170 funcionários no Brasil, como a ONG é estruturada? Qual é a estrutura organizacional e hierarquia interna? Há autonomia ou dependência em relação à Rede WWF? Há alguma priorização dos 90 projetos ou biomas e a ONG atua?**

Atualmente a ONG está estruturada dentro de uma lógica de hierarquia baseada em uma estrutura organizacional apelidada de pandacracia, inspirada na holocracia, ela é ágil, flexível e voltada para o impacto. Em síntese, acreditamos que se tivermos acordos claros sobre o que temos que fazer e onde temos que chegar cada um pode e deve ter a sua autogestão.

O WWF Brasil é uma ONG 100% brasileira possuindo completa autonomia sobre suas ações no país, mas que trabalha em rede, ou seja, em colaboração, co-participação e co-criação com outros escritórios (conhecimento, doações, divulgação).

Devido ao contexto político atual a ONG está trabalhando com duas grandes frentes: barrar os retrocessos no Poder Legislativo e do Poder Executivo na área socioambiental. Com isso, estamos priorizando muito a incidência política e a produção de conhecimento científico. Em termos de bioma, hoje nossa atuação é mais forte na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica com projetos para impedir a degradação, restaurar e soluções de mecanismos financeiros (rastreadabilidade da cadeia de produção).

**04. A pandemia mudou a agenda do WWF Brasil de alguma forma?**

Sim, porque tivemos que adotar medidas restritivas para idas à campo e em alguns casos até mesmo suspender essas viagens, com isso a presença física da ONG nos territórios foi completamente suspensa. Além disso, a pandemia também impôs alguns outros desafios, por exemplo na incidência política e no nosso jeito de atuar.

A incidência política em geral era feita de forma presencial no Congresso, mas devido às medidas sanitárias vigentes da época, tivemos que mudar a nossa abordagem para o âmbito

virtual e nossos contatos com parlamentares e assessores passaram a ser realizados de forma on-line. O meio digital virou nossa principal forma de atuar e incidir, e diante deste fator tivemos que reformular as nossas estratégias virtuais. A falta de presença física dificultou a compreensão das movimentações no Congresso e promoveu a incidência pelo whatsapp.

**05. O WWF Brasil desenvolve ou desenvolveu atividades relacionadas de alguma maneira com o combate à pandemia de Covid-19 ou dos seus efeitos sociais?**

O WWF Brasil não desenvolveu novas medidas de combate à pandemia, mas sim adaptou alguns dos nossos projetos de emergência para que eles se tornassem projetos de ajuda humanitária. Durante a pandemia atuamos enviando alimentos, EPIs, e produtos de higiene.

**06. A organização desenvolve atividades que tem como objetivo influenciar o processo eleitoral de alguma maneira? Quais? Quais são os objetivos destas atividades?**

Não. O W não se filia a figuras ou partidos políticos e, por isso, é absolutamente apartidário. Contudo, é uma organização que faz parte da sociedade civil e não é apolítica, tendo em vista que faz a defesa da democracia e do fortalecimento das instituições.

Entre as ações políticas do W estão tanto a formulação e apresentação para o poder público de propostas para a justiça climática e defesa ambiental, como a denúncia para organismos internacionais referentes a atuação do Governo Brasileiro (independente de quem esteja ocupando tal posição) que violem os princípios ambientais e climáticos defendidos por esta organização. Assim, o W age para que o ambiente da sociedade civil se mantenha saudável e exige a melhor atuação possível do poder público.

Em relação ao ativismo digital buscamos não somente conscientizar nossos seguidores acerca da importância da pauta ambiental, mas também engajá-los no monitoramento do poder público, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário.

## **APÊNDICE E – ENTREVISTA 02 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL**

**Entrevistada:** Sophie Saramago\*, Gerente de Comunicação do WWF Brasil.

*\*nome fictício a fim de preservar o anonimato do(a) entrevistado(a)*

**Entrevistadora:** Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ano de realização da entrevista:** 2022

### **Transcrição:**

A partir de 2019 a ONG enfrentou uma série de desafios devido ao atual governo (direita, radical). Desde a campanha o governo atual já barrava qualquer diálogo e negociação com os movimentos sociais, e o WWF foi uma das vítimas da criminalização dos movimentos e ONGs promovida pelo governo Bolsonaro.

Em 2020, com a pandemia e o conseqüente fechamento dos escritórios, a organização foi muito impactada em relação ao acesso de seus funcionários fora do eixo BSB-RJ-SP, assim como teve que priorizar ações emergenciais de ajuda humanitária e sanitária (cestas básicas, kit de EPI), além de serem impedidos de atuar por meio da co-criação e atuação em campo nos territórios. Muitos projetos atrasaram, diversos prazos foram reajustados e houve uma realocação dos recursos durante o período, mas por fim a organização conseguiu ser bem sucedida em suas iniciativas (internas e externas).

Não houve o surgimento de novos opositores, mas sim a compreensão pela organização de que parte dos opositores não eram somente anti-ambientalistas, mas sim anti-ciência, o que impede o diálogo por parte do WWF, pois este busca sempre se guiar pela ciência.

Houve a associação, por parte de algumas pessoas, da pandemia com a pauta ambiental, relacionando a doença com os desequilíbrios ecológicos causados pela ação humana. Nesse sentido, houve o recebimento de novos apoiadores dentre os antigos simpatizantes, mas não foi mapeado em questão de números internamente na organização.

Entre as diferenças do WWF Brasil para as outras ONGs ambientalistas brasileiras, se destacam: 1. Marca internacionalmente conhecida e rede internacional; 2. Atuação baseada na ciência; 3. Promover o diálogo entre diferentes partes; 4. Flexibilidade para atuar como financiador e não como executor.

Outros movimentos não aceitam dialogar e articular com atores privados e governo, mas o WWF busca atuar como ponte entre os diferentes atores que compõem o tecido social e co-criar (criar em conjunto) as soluções.

Houve um aumento do número de parceiros durante a pandemia, devido principalmente aos parceiros de pequeno porte que foram trazendo mais organizações para a rede. Houve também a expansão do contato do escritório brasileiro com outras unidades da rede WWF que antes eram distantes (Japão, Dinamarca, etc). No geral, não houve uma mudança no perfil dos parceiros, apenas uma ampliação.

De antemão são excluídos alguns setores (petróleo, mineração, etc), e para além disso é aplicado nos possíveis parceiros um questionário com diversos critérios (diversidade, LGDP, resíduos, impactos ambientais) para classificação da empresa. Após o preenchimento, é realizada uma análise multidisciplinar da empresa para averiguar se a mesma está apta, e se sim, para qual tipo de parceria.

No sentido de narrativa, houve uma preocupação muito grande da rede WWF e do WWF Brasil em não utilizar a pandemia como uma “vitória” e ocupar um papel de se desresponsabilizar, mas sim de relacionar o momento com o conhecimento científico para informar sobre a probabilidade de que pandemia futuramente se tornem comum devido a degradação ambiental causada pela ação humana.

No campo operacional, a ONG buscou atuar para que a equipe, parceiros e rede tivessem acesso aos recursos da organização. Essa iniciativa de atuar em ações emergenciais ocorreu institucionalmente e até mesmo voluntariamente entre os próprios funcionários, que durante a crise em Manaus se mobilizaram para comprar cilindros de oxigênio com recursos financeiros próprios. Em resumo: o WWF buscou manter o foco na causa sem esquecer as pessoas.

Os três eixos de prioridade do WWF são: 1. Barrar os retrocessos ocorridos nos últimos 4 anos; 2. Promover as soluções de restauração; 3. Colocar no centro do debate os povos tradicionais (indígenas e do território).

## **APÊNDICE F – ENTREVISTA 03 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL**

**Entrevistada:** Sol de Sá\*, Articulador(a) do Legislativo do WWF Brasil

*\*nome fictício a fim de preservar o anonimato do(a) entrevistado(a)*

**Entrevistadora:** Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ano de realização da entrevista:** 2022

### **Transcrição:**

A incidência política sempre foi realizada de forma presencial, antes da pandemia era recorrente ficar de terça a quinta no Congresso, aproveitando os dias de sessão plenária para marcar reuniões nos gabinetes e materiais para os parlamentares e seus assessores, principalmente os da Frente Parlamentar Ambientalista e Frente Parlamentar dos povos indígenas. Eles andavam nos corredores, esperavam acabar as reuniões e entregavam nas mãos do parlamentar uma nota técnica, modificações no texto de um projeto de lei, etc.

Com a chegada da pandemia a organização teve que passar por uma reestruturação devido às medidas sanitárias impostas. Todo o processo de atuação no Congresso no primeiro ano de pandemia se deu por meio virtual e principalmente pela rede social “WhatsApp”, essa mudança na forma em como se atuava gerou um grande impacto na compreensão das movimentações políticas, além de ter dificultado o processo de influenciar as discussões, as tramitações dos projetos e os conteúdos das redações finais. Por não estarem presencialmente neste “front” decisório, muitas vezes se perdia o contato com parlamentares e assessores e por mais que se tivesse acesso aos números de WhatsApp de tais autoridades, na maioria dos casos não havia o retorno por parte deles. Uma possível explicação para ela seria a perda de confiança devido ao pouco contato ou até mesmo o receio de serem gravados.

- Houve um grande impacto pois o acesso ao whatsapp se deu de forma muito restrita, apesar de possuir o contato telefônico deles, o time de Incidência Política não tinha um retorno por parte dos parlamentares. Como exemplo, quando enviaram uma nota técnica não se sabia se o parlamentar tinha lido ou não.

- As articulações passaram a serem feitas basicamente por whatsapp, e-mail era muito raro, até mesmo porque marcava-se conversas online pelo zoom.
- Muita dificuldade em conseguir marcar reuniões online, apenas uma ou duas que conseguiram, os parlamentares não gostavam pelo fato de poder serem gravados e tudo mais.
- Não tinham o retorno de antes (quando era feito de forma presencial), mas conseguimos evitar a aprovação de alguns projetos, mas não estavam ali naquele front e aí perdeu-se o contato, a confiança, não tem o retorno esperado.
- Antes eles andavam nos corredores levavam a nota técnica esperavam acabar as reuniões e entregava nas mãos do senador (por exemplo)
- Houve dificuldade em conseguir realmente influenciar nas discussões e nesse processo legislativo mesmo, o da tramitação do projeto ou no seu conteúdo (redação final)

No primeiro ano de pandemia a incidência caiu drasticamente, principalmente porque o Congresso Nacional ficou a maior parte do tempo sem funcionar. Nesta época não houve o surgimento de novos opositores dentro do Congresso, houve mais uma relação de continuidade nos embates com os grupos adversários que já existiam nestes espaços, mas que foram fortalecidos por este atual governo. Em relação aos novos aliados, foi-se constatado que diante todo esse processo de retrocesso nas causas socioambientais em conjunto com as campanhas de mobilização divulgadas nas redes (cyber advocacy), houve um maior apoio de influenciadores digitais, artistas, empresas e organizações internacionais, como por exemplo, algumas embaixadas. A mobilização destes novos atores ajudou a pressionar o setor político e até mesmo evitar a aprovação de determinadas proposições no Senado. No Senado eles possuem muitos aliados na Comissão de Meio Ambiente.

O WWF se diferencia de outras ONG's ambientalistas por sua dimensão e reconhecimento nacional e internacional, essas características aliadas a uma atuação mais corporativista e que prioriza o diálogo com os diversos setores da sociedade conseguem proporcionar um maior respaldo e poder de negociação nas arenas de poder.

Por mais que o W tenha um grande reconhecimento, a organização sempre procura atuar com parcerias em temáticas que são consideradas relevantes e que possuam certo grau de interesse em comum, essas atuações em conjunto se tornam verdadeiras redes de apoio e de facilitação na realização da incidência política no Congresso.

Algumas ONGs estão muito unidas e possuem estratégias em conjunto, igual ao Observatório do Clima, todo ano eles fazem reuniões de planejamento e ficam durante 1 semana com os principais diretores e presidentes pensando nessas estratégias comuns de planejamento. Um dos principais parceiros do WWF-Brasil é o grupo Observatório do Clima, e o Ato pela Terra foi puxado pelo grupo.

Anteriormente o Greenpeace e SOS Mata Atlântica eram as entidades que mais atuavam em parceria com o WWF, entretanto após a pandemia foi possível observar que outras organizações passaram a realizar um maior investimento/ampliação de recursos para a área do advocacy, como a ISPN e IDS.

O WWF-Brasil vai em reuniões individuais com os parlamentares para atuar nas prioridades da ONG, as outras ONGs também vão em reuniões individuais pois possuem agenda e prioridades próprias, mas se tiver um projeto grande que envolve várias outras organizações que possuam temas de interesse em comum, aí eles atuam em conjunto. Apesar de aturem em rede, há certo individualismo nas ONGs em se preocupar com a sua sobrevivência e atividades, pois são projetos que necessitam de doações e necessitam prestar contas depois. Em resumo existem várias ações dispersas mas com objetivos em comum.

Cabe ressaltar que o WWF não atua em parceria com determinadas temáticas ou empresas que não correspondam às suas missões e valores; por serem apartidários não se vinculam a partidos políticos, candidatos ou medidas eleitoreiras.

Diante este período de desmonte do setor socioambiental, a principal prioridade para o movimento ambientalista deveria consistir na união deste segmento para a promoção de estratégias comuns de atuação e planejamento estratégico que visem a reestruturação deste setor, como por exemplo: o resgate de políticas que viabilizem orçamentos e incentivos governamentais destinados a pauta socioambiental.

Durante a pandemia, a ONG utilizou as redes sociais para comunicar sua agenda e angariar apoios. Foram criados diversos textos informativos sobre projetos que estavam sendo votados a fim de conscientizar e informar a sociedade sobre o impacto de tais proposições, além do

envio de diversas notas técnicas por meio do WhatsApp. As estratégias produzidas pelo cyber advocacy foram em parte efetivas, pois conseguiram barrar alguns projetos, mas por outro lado o acesso aos parlamentares era bastante limitado, principalmente para aqueles que não possuíam algum tipo de relação anterior.

Na comunicação digital, as campanhas já existiam e foram continuadas por meio de redes sociais e também pelo whatsapp. Na pandemia eles elaboraram um textinho informativo com emojis (Alerta Congresso) informando os parlamentares que determinado projeto de interesse estaria na pauta da Câmara. Também enviaram notas técnicas via whatsapp, realizando o cyber advocacy.

Anteriormente o W realizava a incidência política de forma presencial, entretanto com as medidas sanitárias impostas pela pandemia, tiveram que reformular as estratégias e uma das principais inovações advindas foi o cyber advocacy. Diante da impossibilidade de realização de encontros presenciais no Congresso, o meio eletrônico tornou-se uma das principais alternativas para a realização da incidência política.

O processo legislativo como um todo acabou se tornando pouco transparente, principalmente o processo de divulgação das pautas para a votação, que somados com a falta de interação dos parlamentares via WhatsApp, fez com que a organização passasse a realizar buscas mais ativas por contatos de assessores e números de gabinetes.

Atividades impossíveis foram os encontros presenciais no congresso, então buscaram alternativas pelo meio eletrônico: o zoom, live, tentativas de transformação de textos. Essa comunicação foi parcialmente efetiva pois ela não conseguia acessar os parlamentares de maneira contínua, ainda mais porque as pessoas cansaram um pouco destas plataformas, além de ser um pouco invasivo ficar mandando mensagem para o parlamentar, às vezes ele não respondia ou bloqueava. Mas graças a esse recurso eles conseguiram algumas coisas e barrar alguns projetos, Na opinião dela, foi mais efetiva para as pessoas que já possuíam alguma relação anterior à pandemia, para novos relacionamentos não foi tão fácil.

Todas as quintas-feiras eram realizadas reuniões com o grupo Observatório do Clima para o compartilhamento dos cases, feedbacks e atualizações do cenário; cada liderança ficava responsável por uma determinada temática/ projeto e eram encarregados de informar os andamentos para as outras organizações do grupo.

No Ato pela Terra, o WWF contribuiu com doações para financiamento do evento e com profissionais de audiovisual para uma cobertura conjunta do evento com o Mídia Ninja. Também levaram cartazes, adesivos, broches e outros materiais para distribuir no evento. Outras organizações grandes também fizeram doações e utilizaram a rede de contatos para trazer mais artistas para o evento. Segundo ela, cada um contribuiu como podia porque o cenário era crítico devido ao altíssimo risco de aprovação dos projetos.

Existiu a troca de informação entre o know-how, o cyber advocacy começou com uma organização, mas percebendo que precisava de apoio financeiro e também de apoio de análise para ver como que eles poderiam contribuir, avaliação conjunta houve bastante o compartilhamento.

A entrevistada se considera super amiga das meninas que atuam também nas mesmas pautas e afirmou que possui uma troca muito recíproca e sempre se ajudam, pois os objetivos são os mesmos e todo mundo se beneficia dos resultados independentemente de quem seja pois consideram que isso é uma vitória conjunta.

## **APÊNDICE G – ENTREVISTA 04 COM FUNCIONÁRIO(A) DO WWF-BRASIL**

**Entrevistado:** Miguel Mello\*, Analista de Engajamento do WWF Brasil.

*\*nome fictício a fim de preservar o anonimato do(a) entrevistado(a)*

**Entrevistadora:** Rebecca Elise Machado de Menezes

**Ano de realização da entrevista:** 2022

### **Transcrição:**

Durante os 2 últimos anos, o WWF Brasil passou por uma profunda reestruturação, atualmente a organização, fluxos de trabalho, ferramentas e estratégias são muito diferentes do que eram em 2020. Apesar de ter se iniciado antes da pandemia, o fechamento dos escritórios devido às normas de isolamento social contribuiu para uma aceleração do processo de reestruturação da organização.

Com a pandemia, a internet passou a ser a principal, e muitas vezes a única forma de mobilização social, forçando o WWF Brasil a se digitalizar. Entretanto, houve uma disputa entre a ONG e seus opositores na construção das narrativas.

Antes da pandemia, os opositores do WWF Brasil estavam pouco mobilizados, mas com a pandemia eles passaram a utilizar a internet como meio de promoção das suas contra-narrativas. Atualmente o WWF Brasil conta com opositores dispersos em vários grupos sociais: grupos de direita, grupos anti-ambientalistas, mas também grupos de esquerda (PT Ribeirão Preto).

Entretanto, a pandemia também proporcionou a criação de novas parcerias, com pequenas empresas e organizações (base da cadeia) localizadas nos territórios de atuação, mas estas só foram realizadas após uma abertura institucional e proatividade da empresa na criação de novas parcerias.

Há duas diferenças principais do WWF Brasil para outras ONGs ambientais: a primeira é que antes da organização ser uma ONG ela é um fundo, e portanto ela atua menos em projetos próprios e mais financiando pequenas organizações para que elas executem, entre os motivos

pela escolha desse papel está o fato de que a organização possui mais recursos financeiros do que pessoas. A segunda principal diferença reside na forma de atuação do WWF Brasil, pois ao contrário de outras ONGs ambientalistas brasileiras, ela não é uma organização essencialmente ativista (militante) e atua por meios institucionais/corporativos, sendo uma das poucas ONGs que fazem parcerias corporativas.

O perfil de organizações parceiras não foi alterado com a pandemia, mas o perfil de parceiros corporativos passou por mudanças. Antes da pandemia, o WWF Brasil trabalhava apenas com grandes empresas, assim como é feito em outros escritórios da rede, mas percebeu-se que como o escritório no Brasil era de execução e não de captação de recursos fazia mais sentido atuar com empresas localizadas na base. No processo de avaliação de uma possível parceria são considerados fatores internos (autonomia local) e externos (direcionamento da rede) de acordo com o tamanho da empresa.

A principal prioridade do movimento ambientalista brasileiro na comunicação deve ser incluir pessoas mais jovens, pois atualmente o movimento não consegue se comunicar de maneira efetiva com esse público. Atualmente o WWF tem políticas de comunicação rígidas e pouca representatividades (mulheres, pessoas não-brancas, jovens, regiões brasileiras).

Antes da pandemia os produtos de comunicação eram feitos por pessoas que não estavam localizadas nos territórios (fotógrafos brancos sudestinos), mas durante a pandemia a maior parte dos produtos de comunicação foi feito por pessoas localizadas nos territórios (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), o que envolveu um posicionamento político do WWF de compreender que as pessoas que estavam ali eram capacitadas serem autoras desses produtos.